



DEMOCRACIA HOJE

Paira sobre o país uma grande interrogação. Paira sobre o mundo uma grande perplexidade. No momento em que o descrédito da política se estende a novos e velhos países, é posta em causa a democracia tal como a conhecemos. O que está em causa é a capacidade das formas actuais de democracia para responderem aos problemas da humanidade hoje e no futuro.

A democracia separou-se da ética nos princípios que a devem orientar.

Mas separou-se igualmente da técnica na sua prática quotidiana, apesar do recurso constante da maioria dos políticos `a palavra "rigor".

E, fenómeno paradoxal, separou-se do seu próprio esteio político. ("maior legitimidade democrática...")

Ao fazer estas afirmações, não esqueço que há correntes, algumas visíveis, outras ainda subterrâneas, onde está em gestação uma outra maneira de viver em sociedade;

estão em reformulação alguns dados fundamentais da ciência e da prática políticas;

e quem sabe?, até novas perspectivas para a urgente tarefa de mudar a DEMOCRACIA.

Reconheço que há alguma vantagem, nos caminhos do nosso percurso dito "democrático", em termos atravessado numa só geração várias etapas.

Sonhos, desilusões, certezas do que teria sido possível, desgaste dos grandes ideais sentidos logo muito cedo por alguns de nós, lutas difíceis, mas sempre, sempre a esperança.

É hoje ainda essa esperança que me anima. Seduz-me, como tarefa urgente, tentar ver onde se esboçam novos fundamentos para a democracia.

O QUADRO DEMOCRÁTICO TRADICIONAL

Para que a democracia seja viável no séc.XXI,
é preciso um outro recomeço.

Mas não se trata de partir do zero.

Pelo contrário, fazer a recuperação da história para que seja possível dar um salto.

E descobrir, vislumbrar, intuir novos paradigmas e assim, talvez,
inventar a democracia.

Uma breve lembrança sobre as formas da democracia que tentámos
enriquecer e aprofundar:

1) **a democracia formal:**

- a requerer a qualidade dos eleitos,
o seu prestar contas a quem os elegeu,
o funcionamento de todos os mecanismos constitucionais,
desde o Conselho de Estado até às Altas Autoridades para
isto e para aquilo,
os Conselhos independentes de que não foram seguidas as
grandes orientações de fundo (bioética – saúde),
o reforço da componente semi-presidencial do regime.

- Como pode um deputado contribuir para essa tarefa decisiva se a sua inclusão em listas foi objecto de trocas e compromissos e não necessariamente o resultado da escolha entre os melhores?

2) **A democracia participativa,**

apesar de algum progresso, incipiente é certo, que se verificou nos últimos vinte anos,
foi um primeiro esboço do Terceiro Sector a ganhar voz no diálogo Estado/sociedade.

- Mas como pode aceitar-se o travesti da democracia participativa nas formas de intervenção pública de grupos corporativos
- a que não resistiram sequer as Forças Armadas?

3) **A democracia directa**, essa, não passou de formas ingénuas (manifestações, protestos, etc.)

- Apesar de ter sido ensaiado no nosso país um aspecto da democracia directa em que decisões devidamente estudadas foram confirmadas pelos órgãos populares ou imediatamente implementadas, delas só ficou " a sagração do rei" ...
- Como podem os políticos pensar que o rodopio em período eleitoral substitui a democracia directa?

Há, sem dúvida, muito a fazer nestes domínios mas não chega. Entrámos em outros paradigmas que nasceram da reflexão sobre o mundo e de todas as transformações que tiveram lugar nos últimos 20 anos.

Os novos paradigmas hão-de conduzir-nos a novas maneiras de vivermos em conjunto.

Fundação Cuidar o Futuro

A ACÇÃO POLÍTICA

Não é um emprego, não é uma obra pessoal. É um serviço da polis. Um grande bispo da Igreja nos primeiros séculos do cristianismo disse uma vez o seguinte:

“Quem é sábio que nos ensine;
quem é santo que nos edifique;
quem é prudente que nos governe.”

Ora a prudência é a constante adequação dos meios aos objectivos que queremos atingir. O que torna claro que o **exercício da política se exprime na acção.**

Não me parece compatível essa acção com a reflexão de analista político que produzem certos políticos – governantes ou parlamentares – quando estão no exercício das suas funções.

Essa confusão continua presente na atitude de políticos que, tendo na mão a possibilidade de agir quando exerceram funções electivas, vêm dizer depois o que “deve ser feito”! Quem assume uma função política não desperdiça essa rara oportunidade em intervenções de mera “opinião” – tem consigo os instrumentos necessários para intervir através das funções de Estado que lhe foram conferidas.

Por isso a governabilidade exige hoje Estados fortes, protagonistas da acção política que conheçam a realidade nos seus múltiplos aspectos e com uma noção muito clara das oportunidades e limites da acção política. E isto aos vários níveis de decidir/congregar/agir.

Ao nível da **decisão:**

perante as várias escolhas possíveis,
a decisão é simultaneamente técnica e política.

Técnica porque só pode ser incorporado na decisão o que fôr tecnicamente irrefutável.

Política porque fiel a uma orientação, a uma finalidade, a um entendimento lúcido do tempo presente.



- Não é no momento em que é necessário decidir que se vão criar comissões para partir do zero e esquecer o muito que já foi escrito ou até os resultados encontrados noutros países.

Ao nível da **coesão** que suscita:

perante as forças irracionais das pressões corporativas e dos consensos que são sempre rasteiros menores denominadores comuns,
a coesão exige não só a verdade mas também a acessibilidade dessa verdade.

- Qualquer que seja a decisão política e qualquer que seja a sua dignidade jurídica deve ser imediatamente transmitida, pelas formas mais convincentes a todos os cidadãos. O euro foi, nesta perspectiva, um exemplo a seguir.
- Não pode haver coesão nacional sem permanente **literacia política** para todos os cidadãos, qualquer que seja o seu estatuto, governantes e governados.

Ao nível da **acção**:

é aí que se manifesta o risco da imprevisibilidade.

A clareza de objectivos,
a lucidez sobre as motivações,
a medida da provável eficácia da acção,
a solidão necessária à independência dos decisores ao iniciar a acção,
a utilização rigorosa da variável tempo,
dão a medida exacta do empenhamento na acção.

Não agir é sempre negligência. Porque se partem os elos que ligam os vários aspectos da vida.

Uma decisão tomada e anunciada só se torna politicamente real quando se traduz na acção que lhe corresponde.

O SUPORTE ADMINISTRATIVO DA ACÇÃO POLÍTICA

A todos estes níveis a Administração Pública é indispensável já que ela é a cadeia de execução directa do governo, constitucionalmente seu órgão superior. Em alguns países europeus, incluindo o nosso, a administração pública está longe de ser, de facto, o serviço público, com o grau de autonomia e responsabilidade que lhe cabe.

O seu atraso é um dos factores impeditivos de uma acção política oportuna, como o mostrou o relatório feito em França: A função pública apresenta nesse país 15 anos de atraso quando comparada com as empresas!!

- Nas 2 últimas décadas a Adm. Pública tem-se esvaziado dos seus melhores quadros para recheiar os gabinetes ministeriais. E perdendo assim a sua capacidade executiva.
- Mais: não é raro que a todos os níveis dos órgãos do Estado os gabinetes funcionem como filtro e écran, distanciando os políticos dos cidadãos.

Já o recomendei várias vezes e torno a dizê-lo:

a próxima legislatura devia começar com uma sessão conjunta dos directores gerais e Governo.

Aí cada funcionário deveria trazer delineado a parte que lhe cabe do programa de acção do Governo e a indicação dos patamares de execução.

Ir-se-ia elaborando um quadro que garantisse o dinamismo da acção governamental e que fosse regularmente disseminado a toda a população.

A GOVERNABILIDADE E A INCERTEZA

Não é indiferente à governabilidade e ao progresso da democracia a instabilidade e a incerteza que caracterizam o universo material dos seres e dos fenómenos é vivida hoje com uma especial acuidade no mundo em que vivemos.

- Toda a instabilidade é ainda experimentada como uma ameaça, nunca como um desafio.
- Talvez seja essa a razão para o mito de maiorias absolutas, a esconder o medo sub-liminar do desconhecido.
- Ao mesmo tempo - e na teoria - toda a gente que defende a liberdade de consciência receia o monolitismo da disciplina partidária face a qualquer proposta. Mas como conciliar essas duas posições?

Em primeiro lugar, a instituição parlamentar tem de brotar da sociedade civil. Há mais de 20 anos que os politólogos denunciam os perigos da política profissional.

Também julgo que um dia a instituição parlamentar lidará em moldes inteiramente novos com a incerteza. Só poderá ser fiel a representatividade das convicções plurais da sociedade e ao alargamento dos saberes na sociedade de informação se abandonar as maiorias automáticas ditadas pelos partidos para seguir o caminho das "maiorias de ideias".

Em segundo lugar, quanto maior é a imprevisibilidade mais necessário se torna o conceito de planeamento.

Com o fim da economia de planificação central nos países comunistas, o conceito de planeamento sofreu, ao nível do Estado, uma derrocada geral. Mas a política ainda não foi capaz de se apropriar dele e de o tornar operacional, conduzindo-o, antes, a uma quase total deriva.

O planeamento é hoje muito mais difícil tecnicamente e muito mais exigente politicamente. Basta ter em linha de conta que o curto, médio e longo prazo do planeamento têm regras e actores diferentes mas que se entretecem numa contagem decrescente:



- O curto prazo é a matéria sobre que incide a acção governativa quotidiana e as tarefas que, sem qualquer justificação para serem adiadas, daí decorrem para administração pública.
- O médio prazo (de uma legislatura, p.ex.) é a ordem de prioridades estabelecida, a sua avaliação contínua, a clarificação dos seus patamares de execução no tempo, o entozamento do poder local com o poder central.
- O longo prazo é o horizonte último da acção política que permite perspectivar cada decisão. Nele intervêm com vantagem órgãos qualificados exteriores à administração pública. Não pode haver acção coerente sem o longo prazo. A acção política não pode ser uma manta de retalhos. É a concretização de uma visão. É a implementação sistémica de um projecto. Bill Gates disse há duas semanas numa entrevista à visão:
 - "A rentabilidade importa tanto como a investigação a longo prazo."
 - Ora se as empresas são cada vez mais dependentes da investigação a longo prazo, justamente porque o futuro é imprevisível e incerto, por que razão o universo político funciona mais como uma corporação de bombeiros?

A dificuldade do planeamento a longo prazo não é intransponível: há hoje instrumentos matemáticos, conceitos e indicadores das ciências sociais e programas informáticos que tornam possível as projecções em que hoje se exprime o planeamento e à sua rápida adaptação a possíveis turbulências.

ÉTICA E ACÇÃO POLÍTICA

É o carácter imprevisível do futuro que, paradoxalmente, intensifica a exigência da ética no horizonte da vida política. É a meu ver indispensável, para uma democracia que viva os problemas do nosso tempo, que esteja permanentemente presente o princípio de que "nem tudo o que é cientificamente possível e tecnologicamente viável é socialmente aceitável".

Este princípio exige mecanismos operacionais de que são exemplo: "Conselhos Nacionais de Bio-ética", "Conselhos de Avaliação de Novas Tecnologias", "Conselhos de ética sobre a 'mistura' de energias", "Conselhos de regulação dos media", etc.

Em todos estes casos se deve tratar de grupos formados pelas pessoas mais competentes existentes no país, independentes de qualquer pressão tanto do Estado como do mercado.

Uma das formas em que se manifesta a fraqueza do Estado é a permanência da sua irracional organização com divisões departamentais anacrónicas que têm atravessado as décadas. A democracia faz parte dos sistemas complexos; para que funcione em novos moldes tem de ir buscar à teoria dos sistemas alguns dos seus princípios fundamentais.

O entendimento hoje dos saberes e da acção é necessariamente sistémico. Se o saber é interdisciplinar, a organização do Estado terá de ser intersectorial. A sociedade não se manifesta hoje em áreas parcelizadas; antes, em sectores estruturantes onde se conjugam múltiplos sub-sistemas. O Estado não pode ignorar que as condições da sua própria organização são determinantes da eficácia da sua prática política.

Enquanto as décadas de 60 e 70 se caracterizaram pelos grandes movimentos sociais, de ideários inequívocos e de orgânica não escrita mas intuitiva, hoje os novos movimentos sociais, parte integrante do terceiro sector, apresentam a mesma fluidez que se encontra no sector do mercado. Têm uma natureza ad hoc, integram-se e ligam-se em grupos de áreas bem diferenciadas,

atingem uma massa crítica que lhes dá visibilidade e facilmente se diluem em novas entidades.

Mas adquiriram uma nova dimensão: constituem pilares da sociedade à volta dos quais outras necessidades, interesses, áreas se articulam e aglutinam.

Fundação Cuidar o Futuro

